



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Parauapebas**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

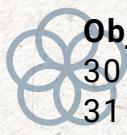
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Parauapebas (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Parauapebas, a taxa de pobreza cresceu de 22,6% em 2019 para 27,9% em 2022, recuando fortemente para 21,5% em 2023. A RI Carajás também teve alta de 30,5% em 2019 para 37,4% em 2022, caindo para 29,1% no último ano. O estado do Pará apresentou maior oscilação: saiu de 41,7% em 2020, atingiu pico de 59,3% em 2022 e depois caiu para 43,8% em 2023. A alta em 2022 pode estar relacionada a crises sociais agravadas pela pandemia. A recuperação observada em 2023 sugere algum efeito positivo de políticas públicas ou retomada econômica. Pa-

rauapebas manteve, ao longo de todo o período, os menores índices entre os três níveis analisados. Já o estado se manteve com os patamares mais elevados da série histórica (Gráfico 1).

Apesar das quedas em 2023, as taxas ainda estão acima dos níveis de 2019 no Pará e na RI Carajás. Em contrapartida, Parauapebas conseguiu uma redução líquida no período, o que reforça sua posição mais resiliente frente às oscilações econômicas. A diferença entre os territórios evidencia desigualdade regional persistente. A redução da pobreza, especialmente no

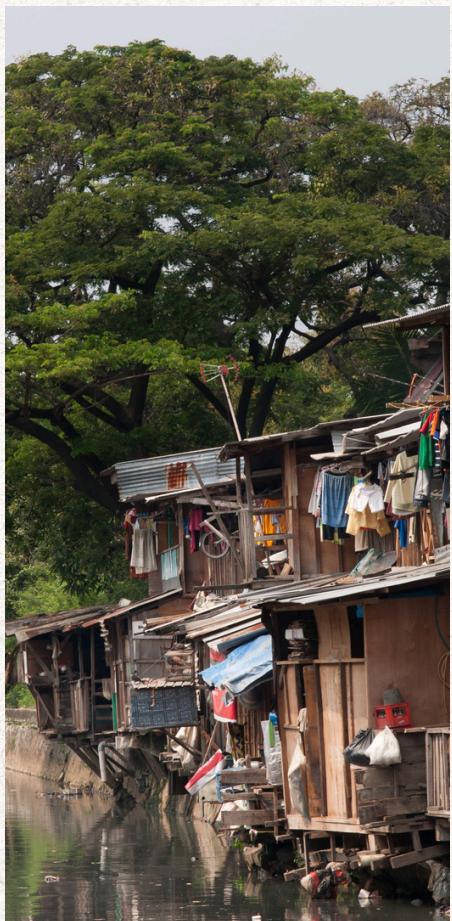
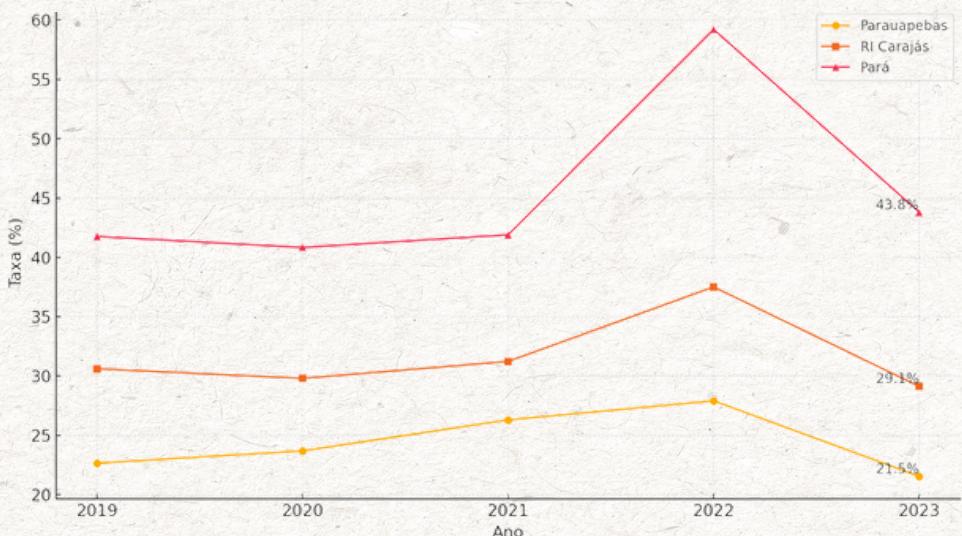




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

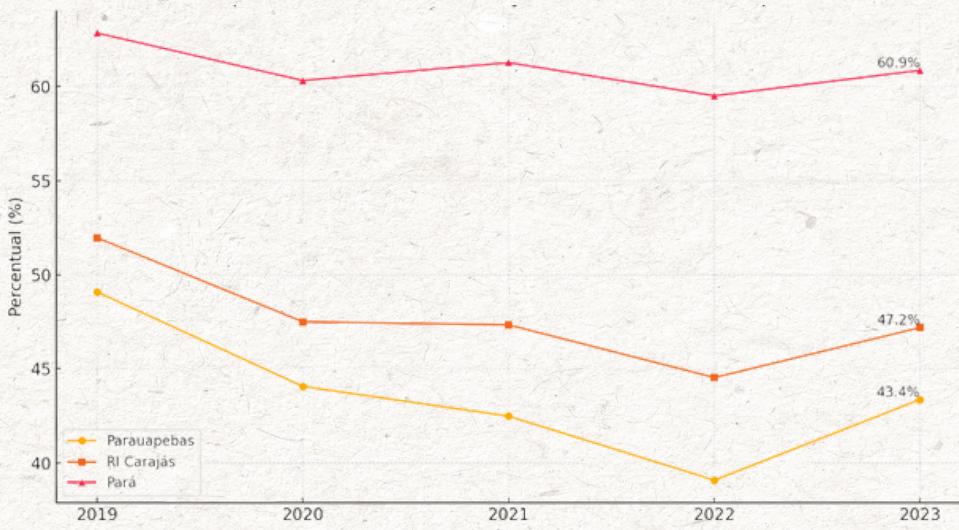
Em Parauapebas, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais caiu de 49,2% em 2019 para 39,1% em 2022, recuperando-se para 43,4% em 2023. A RI Carajás também apresentou recuo, indo de 52,0% em 2019 para 44,5% em 2022, com leve alta em 2023 para 47,2%. No estado do Pará, a série oscilou entre 62,5% em 2019 e 59,5% em 2022, fechando 2023 com 60,9%. A tendência de queda até 2022 pode refletir restrições fiscais ou redirecionamento de recursos. A posterior retomada no último ano sugere esforço para reequilibrar os gastos prioritários. Mesmo assim, os patamares de 2023 ainda estão abaixo dos verificados em 2019 para Parauapebas e RI Carajás. O estado, por outro lado, quase retomou o mesmo nível inicial (Gráfico 2).

A disparidade entre os níveis territoriais

mostra que o Pará mantém percentuais mais elevados de alocação em serviços essenciais. Parauapebas se destaca por apresentar os menores valores em toda a série, o que pode indicar maior presença de serviços privados ou foco em outras áreas do orçamento. A recuperação parcial em 2023 é um sinal positivo, especialmente após três anos consecutivos de queda. A RI Carajás seguiu trajetória intermediária, mantendo-se consistentemente entre o estado e o município. A elevação recente pode refletir políticas de recomposição orçamentária, sobretudo em áreas como saúde, educação e assistência social. A análise do indicador reforça a importância da priorização de serviços essenciais para garantir bem-estar da população, especialmente em períodos de crise (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Parauapebas, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer variou de 7,8% em 2019 para 9,7% em 2022, caindo para 8% em 2023. A RI Carajás seguiu tendência similar, indo de 8,6% para 10,1% no mesmo intervalo, com recuo para 8,5%. O estado do Pará oscilou de 9,3% para 11,4% até 2022, encerrando com 9,2% em 2023. O crescimento até 2022 pode estar ligado à precarização do acompanhamento pré-natal e impactos da insegurança alimentar. O recuo em 2023 indica melhora no acesso e qualidade da atenção básica. Parauapebas obteve o menor índice ao fim da série, sinalizando possível avanço na saúde materno-infantil. A evo-

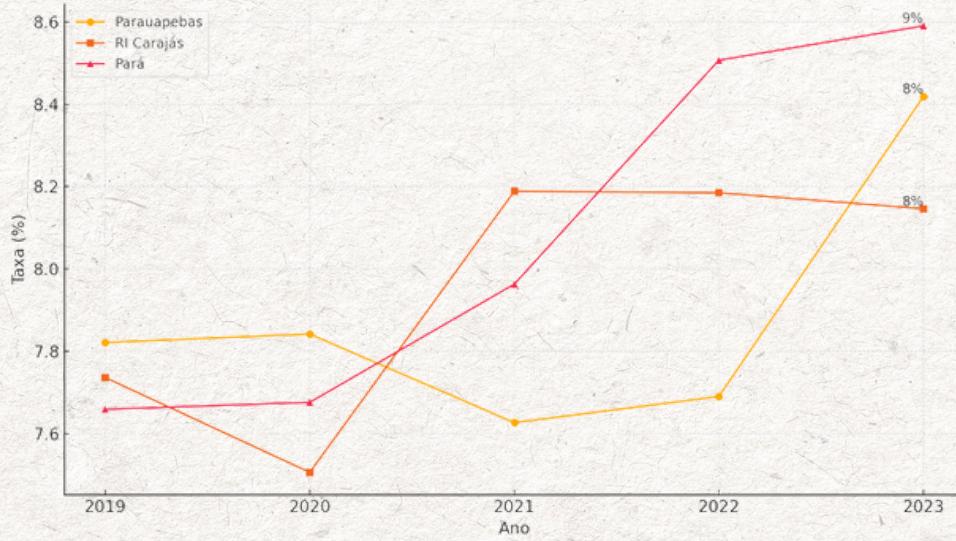
lução reforça a importância de políticas de assistência pré-natal e nutricional (Gráfico 3).

Apesar da recuperação recente, os dados ainda apontam vulnerabilidades importantes. O Pará segue com média mais elevada que os demais territórios, o que pode revelar desigualdades no sistema de saúde. A RI Carajás acompanha a tendência estadual, embora com desempenho levemente melhor. Já Parauapebas se destaca positivamente com a maior redução entre 2022 e 2023. A queda nos índices pode refletir ações locais específicas voltadas à saúde da mulher e da criança. O indicador é estratégico para medir o bem-estar infantil e as condições

estruturais da atenção primária. Seu monitoramento contínuo permite detectar cenários de risco e orientar intervenções preventivas (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

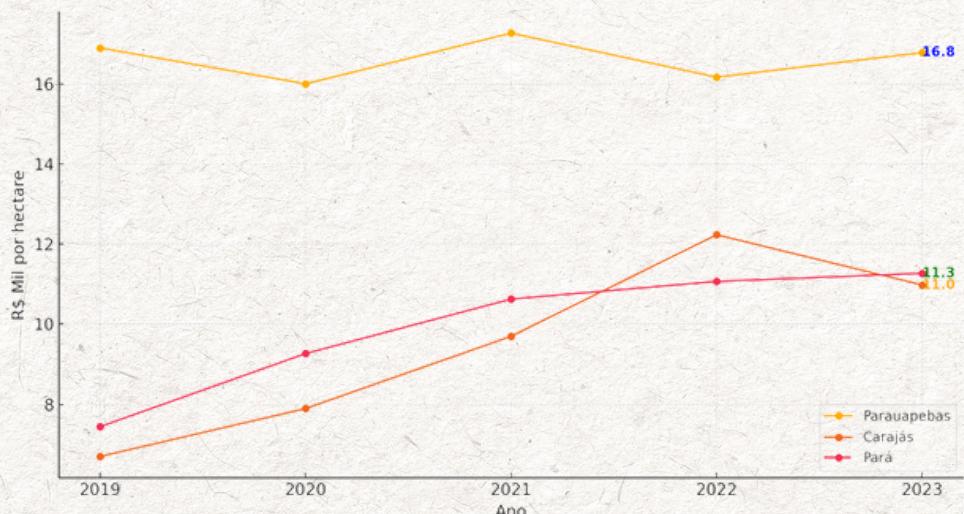


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Parauapebas, a produtividade agrícola iniciou em R\$ 16,8 mil/hectare em 2019, caiu para R\$ 16,0 mil em 2020, subiu a R\$ 17,1 mil em 2021, recuou para R\$ 16,2 mil em 2022 e retornou a R\$ 16,8 mil em 2023. A RI Carajás teve crescimento mais acentuado, passando de R\$ 6,7 mil/hectare em 2019 para R\$ 12,2 mil em 2022, com queda para R\$ 11,0 mil em 2023. O estado do Pará acompanhou essa tendência, subindo de R\$ 7,4 mil em 2019 para R\$ 11,1 mil em 2023, com crescimento mais estável. Parauapebas manteve-se como líder absoluto em produtividade ao longo de toda a série. Esse desempenho pode estar relacionado à mecanização, solos férteis ou maior uso de tecnologia. O pico em 2021 foi o mais alto da série, evidenciando um momento de excelência produtiva. A oscilação nos anos seguintes indica instabilidade conjuntural, mas sem comprometer o patamar elevado (Gráfico 4).

A RI Carajás teve evolução mais expressiva, quase dobrando sua produtividade entre 2019 e 2022, mesmo com a leve queda em 2023. O Pará, embora com menor ritmo, mostrou crescimento contínuo, encerrando 2023 com R\$ 11,1 mil/hectare, acima dos R\$ 7,4 mil de 2019. Isso revela avanço técnico e expansão agrícola no estado, ainda que em ritmo inferior ao da RI. A redução em 2023 da RI Carajás pode estar ligada a fatores como adversidades climáticas ou variações nos preços das commodities. Mesmo com essa retração, o desempenho da região e do estado aponta para tendência positiva. Parauapebas, por sua vez, conseguiu retomar o valor de 2019, demonstrando resiliência e alto nível de eficiência produtiva. A manutenção dessa vantagem sugere estrutura agrícola consolidada e papel estratégico na produção regional (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

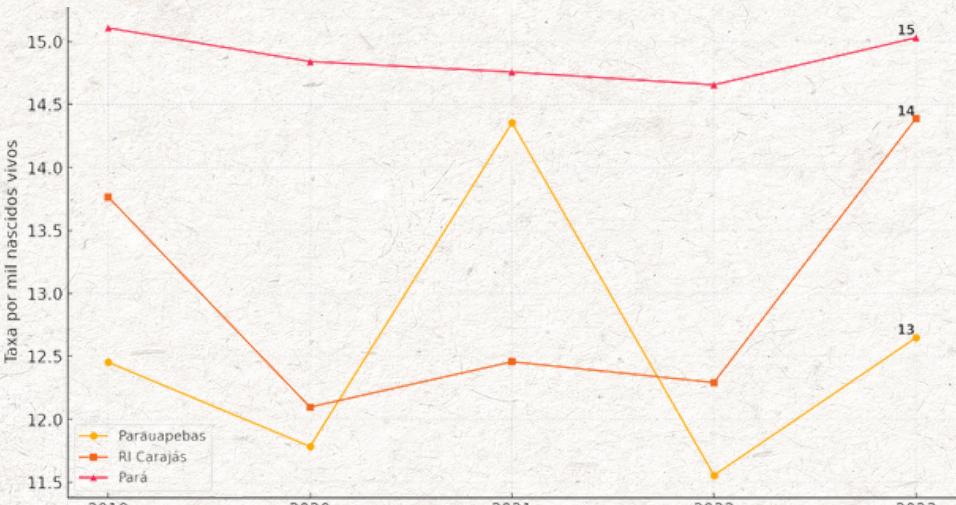
Em Parauapebas, a taxa apresentou variações consideráveis ao longo do período. Em 2019, registrou-se 12,45, caindo para 11,81 em 2020. Houve um pico em 2021, com 14,35, seguido de nova queda para 11,53 em 2022. Em 2023, a taxa subiu novamente para 13,00. Na Região de Integração de Carajás, o indicador começou em 13,76 em 2019, caiu para 12,11 em 2020, e oscilou levemente até atingir 14,00 em 2023. No Pará, a taxa foi relativamente estável, variando entre 15,09 em 2019 e 15,01 em 2023 (Gráfico 5).

Esses dados demonstram que Parauapebas apresentou maior instabilidade, com variações acentuadas ao longo dos anos, especialmente entre 2020 e 2021. Já a RI Carajás manteve um padrão mais gradual, embora também tenha encerrado o período com crescimento. O estado do Pará, por sua vez, manteve um patamar consistentemente alto, com variações discretas em torno dos 15 por mil nascidos vivos, o que indica um desafio persistente em reduzir a mortalidade infantil em nível estadual (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

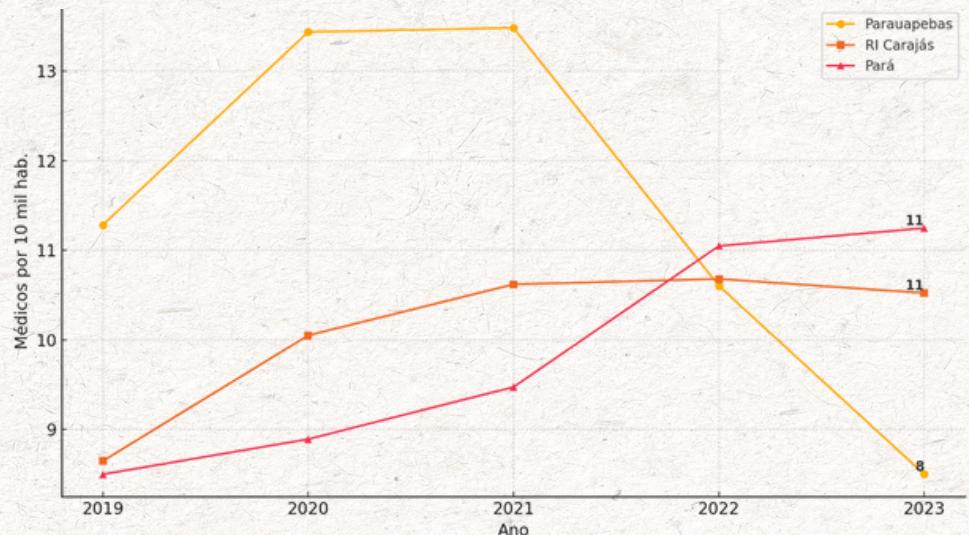
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Parauapebas, observou-se um crescimento inicial: de 11,3 em 2019 para 13,5 em 2020 e 2021. No entanto, a partir de 2022, houve queda brusca para 10,1 e, em 2023, o número caiu ainda mais, chegando a 8,0. Já na RI Carajás, os dados mostram crescimento de 8,7 em 2019 para 10,1 em 2020, chegando a 10,7 em 2023, com discreta oscilação. O estado do Pará partiu de 8,5 em 2019 e cresceu de forma constante, atingindo 11,2 em 2023 (Gráfico 6).

Isso demonstra que, apesar de Parauapebas ter apresentado um cenário promissor até 2021, com números superiores à média regional e estadual, houve um retrocesso significativo nos dois últimos anos. Em contraste, tanto a RI Carajás quanto o estado do Pará mantiveram crescimento gradual e sustentado, sinalizando políticas de interiorização médica ou ampliação da rede pública em nível macro territorial (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Parauapebas, o indicador manteve estabilidade entre 2019 (251,3) e 2021 (254,3), mas caiu drasticamente para 208,6 em 2022 e atingiu 184,2 em 2023. A RI Carajás seguiu trajetória similar, iniciando em 237,8 em 2019 e reduzindo para 194,2 em 2023. O estado do Pará apresentou leve oscilação, partindo de 211,3 em 2019, chegando a 219,2 em 2022, e finalizando em 198,4 em 2023 (Gráfico 7).

A queda nas vagas por mil habitantes é evidente em todos os níveis, mas chama atenção a intensidade da retração em Parauapebas, especialmente após 2021, possivelmente por pressão demográfica, reorganizações na rede ou cortes orçamentários. Ainda assim, mesmo com essa redução, Parauapebas manteve-se acima das médias estadual e regional até 2022, equiparando-se apenas no último ano analisado (Gráfico 7).

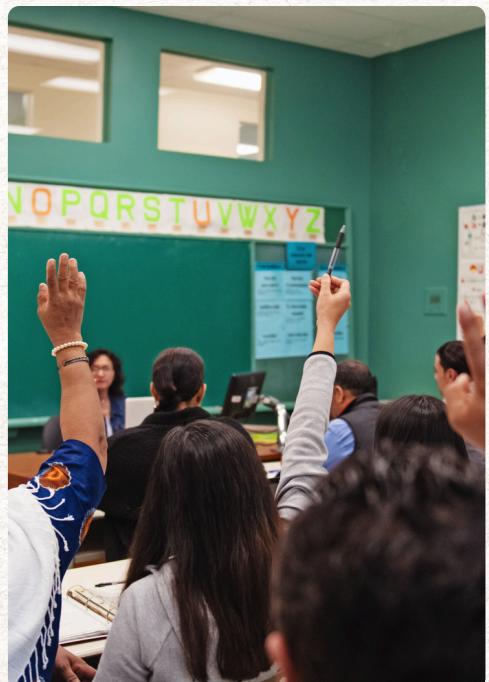
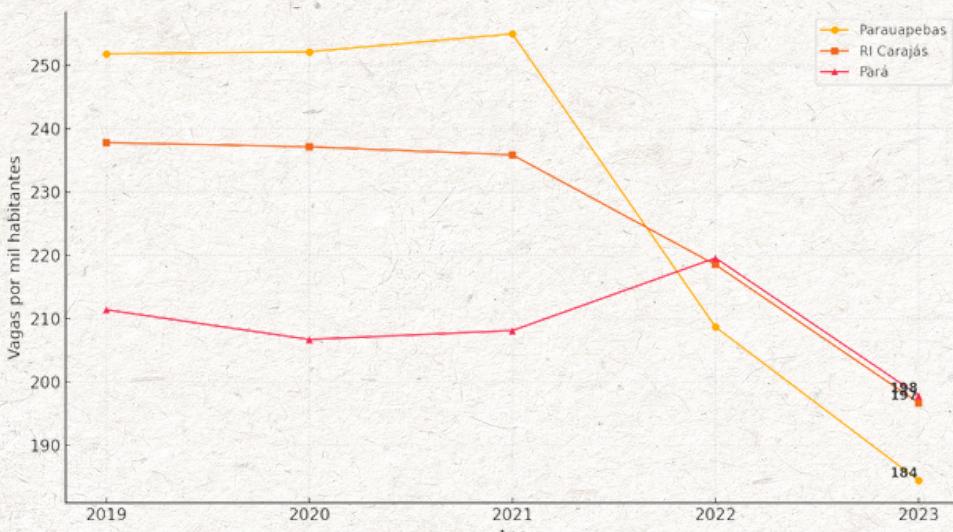




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 184 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

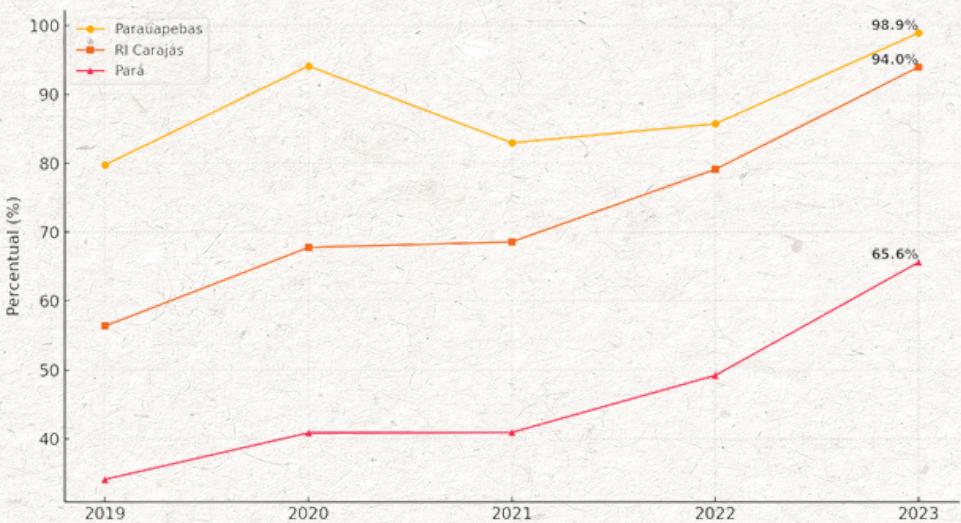
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Parauapebas registrou crescimento expressivo no período: de 80% em 2019 para 94% em 2023, com destaque para o pico de 94,1% em 2020 e o valor máximo de 98,9% em 2023. A RI Carajás partiu de 56,6% em 2019, alcançando 94% em 2023, com forte avanço após 2021. O estado do Pará mostrou melhora significativa, de apenas 33,7% em 2019 para 65,6% em 2023, revelando uma tendência positiva, porém com defasagem em relação às demais escalas (Gráfico 8).

Esse indicador mostra evolução clara na conectividade escolar, sendo Parauapebas destaque desde o início da série. A RI Carajás também avançou consideravelmente e conseguiu se aproximar do município em 2023. Por outro lado, o estado do Pará, embora em crescimento, ainda enfrenta um grande desafio na universalização do acesso à internet nas escolas, o que evidencia desigualdades territoriais no acesso a tecnologias educacionais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

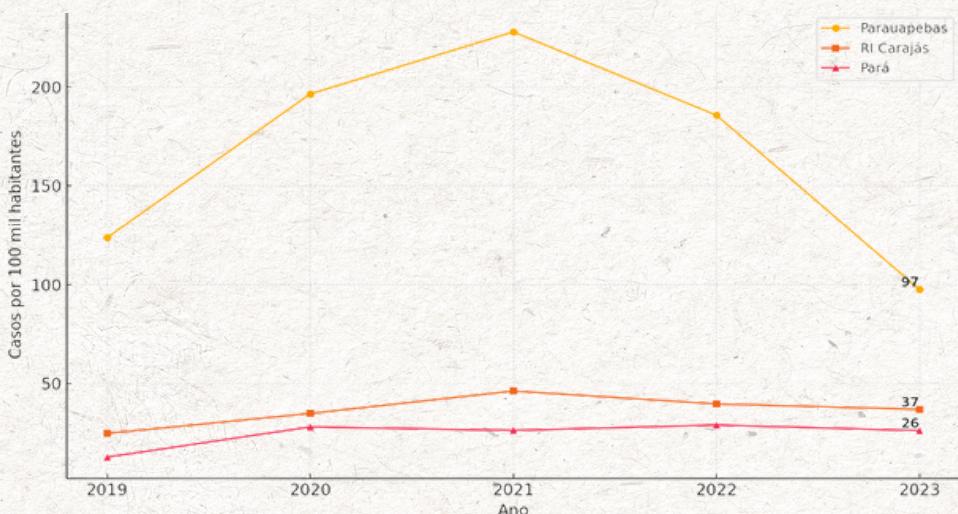


Parauapebas apresentou valores muito superiores às demais regiões, iniciando em 124,3 em 2019 e atingindo o pico de 223,9 em 2021. A partir de então, houve queda acentuada, alcançando 97,3 em 2023. A RI Carajás teve variação mais contida, de 25,1 em 2019 para 45,8 em 2021, e encerrou 2023 com 37,3. Já o estado do Pará teve uma evolução mais estável, subindo de 13,5 em 2019 para 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



O cenário mostra que, apesar da redução recente em Parauapebas, a taxa de violência por parceiros ainda é muito elevada quando comparada à média regional e estadual. A RI Carajás teve crescimento moderado até 2021, seguido de queda. O Pará, embora em crescimento constante, mantém os menores níveis, sugerindo que a violência conjugal tem dinâmicas territoriais bastante distintas, exigindo intervenções localizadas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 97 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

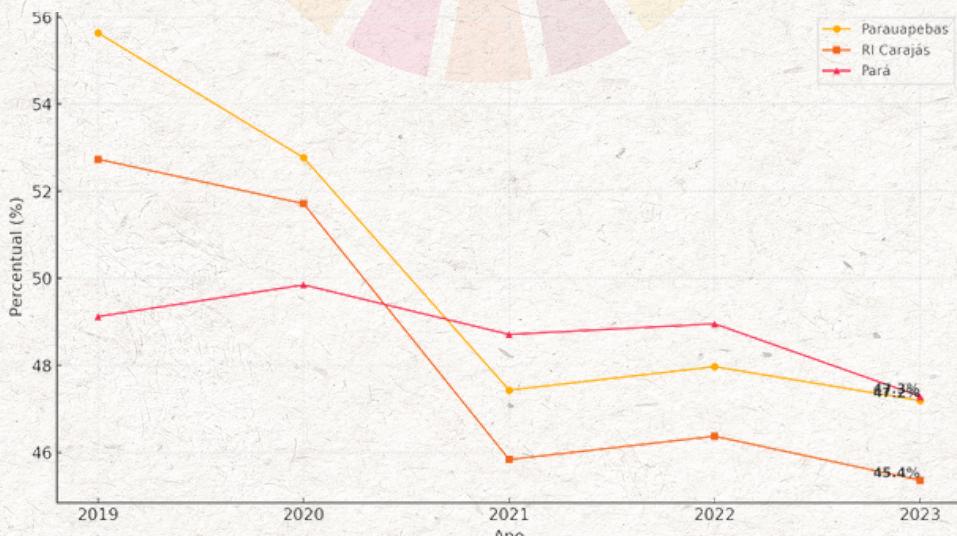
Em Parauapebas, o percentual caiu de 55,6% em 2019 para 47,3% em 2023, com a queda mais significativa entre 2020 e 2021 (de 52,8% para 47,4%). A RI Carajás teve uma redução ainda mais acentuada, indo de 52,9% em 2019 para 45,4% em 2023. O estado do Pará manteve estabilidade, oscilando de 49,1% em 2019 para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





A análise revela um retrocesso na ocupação de cargos de liderança por mulheres, especialmente nos níveis municipal e regional. A queda em Parauapebas, embora menor que na RI Carajás, é preocupante. Já o Pará manteve maior estabilidade, indicando que as políticas estaduais podem estar sustentando essa participação. Ainda assim, os valores abaixo de 50% demonstram desafios persistentes na equidade de gênero no mercado de trabalho (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Parauapebas apresentou crescimento contínuo no indicador, partindo de 14,0% em 2019 para 15,0% em 2020. Em 2021, atingiu 17,5%, subindo para 19,4% em 2022 e encerrando 2023 com 20,2%. A RI Carajás iniciou com 8,2% em 2019, avançou para 9,0% em 2020 e 10,5% em 2021. Nos anos seguintes, subiu para 12,1% e, por fim, 13,4%. O estado do Pará também evoluiu, saindo de 6,9% em 2019 para 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

O crescimento contínuo nas três esferas mostra um esforço consistente em ampliar o serviço de coleta de esgoto para a população de baixa renda. Parauapebas se destaca por manter os melhores percentuais em toda a série, quase o dobro da média estadual. A RI Carajás segue trajetória de melhora, embora em ritmo menor. Já o estado do Pará teve avanço considerável, mas ainda exibe cobertura limitada. Os dados indicam avanços, mas reforçam desigualdades regionais persistentes (Gráfico 11).

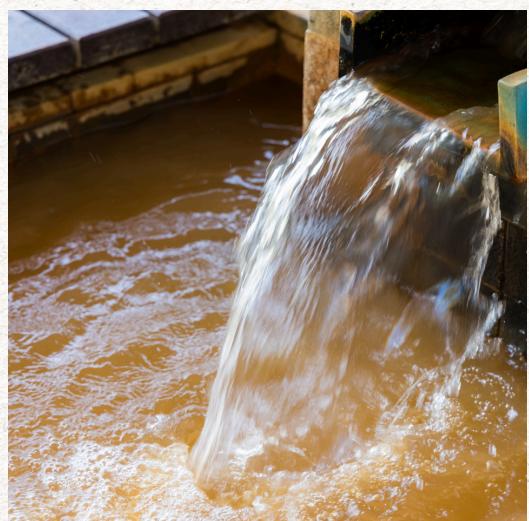
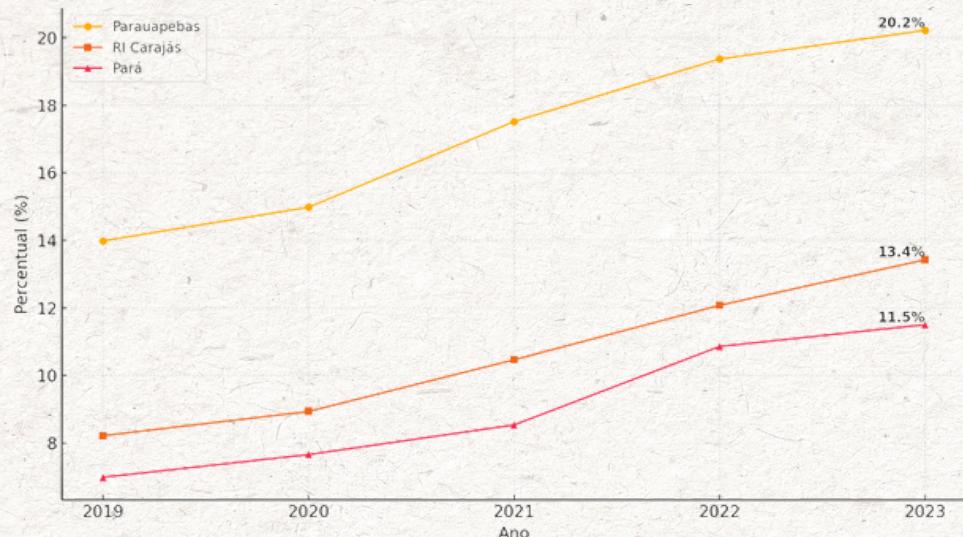




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Parauapebas iniciou 2019 com gasto de R\$ 374,3 por habitante e saltou para R\$ 843,3 em 2020. Em 2021, atingiu R\$ 878,4 e subiu para o pico de R\$ 890,3 em 2022. No ano de 2023, houve uma queda para R\$ 649,3. A RI Carajás começou com R\$ 149,5 em 2019, chegou a R\$ 373,4 em 2020, manteve estabilidade em 2021 e avançou para R\$ 537,1 em 2022. Encerrando o período com R\$ 472,3 em 2023 (Gráfico 12).

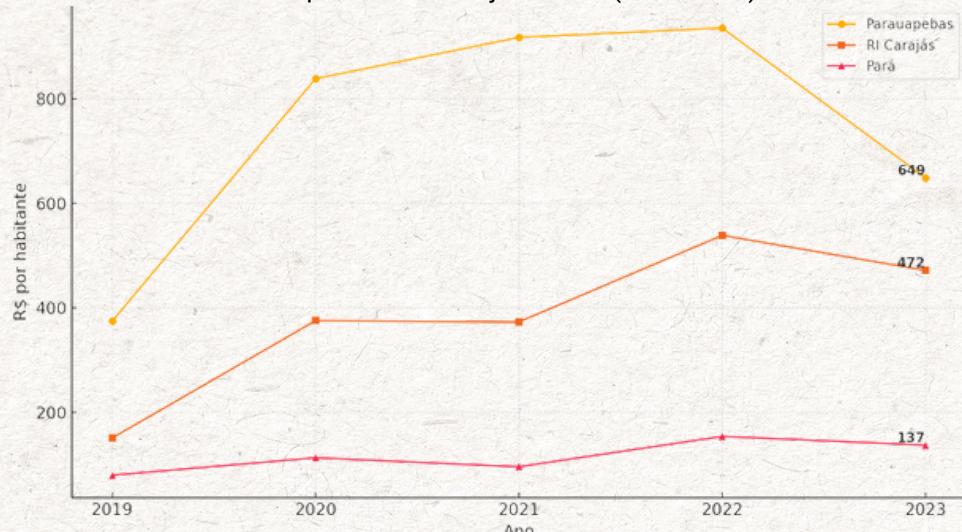
O estado do Pará apresentou

crescimento modesto, de R\$ 79,2 em 2019 para R\$ 137,1 em 2023, o que reflete limitações orçamentárias mais severas. Parauapebas lidera em investimentos, com valores que superam amplamente os demais níveis territoriais. Mesmo com a redução em 2023, seus gastos continuam acima da média regional e estadual. A RI Carajás também mostra avanço expressivo, refletindo maior prioridade ao setor. O cenário geral reforça a concentração dos investimentos em municípios com maior capacidade fiscal (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 649/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

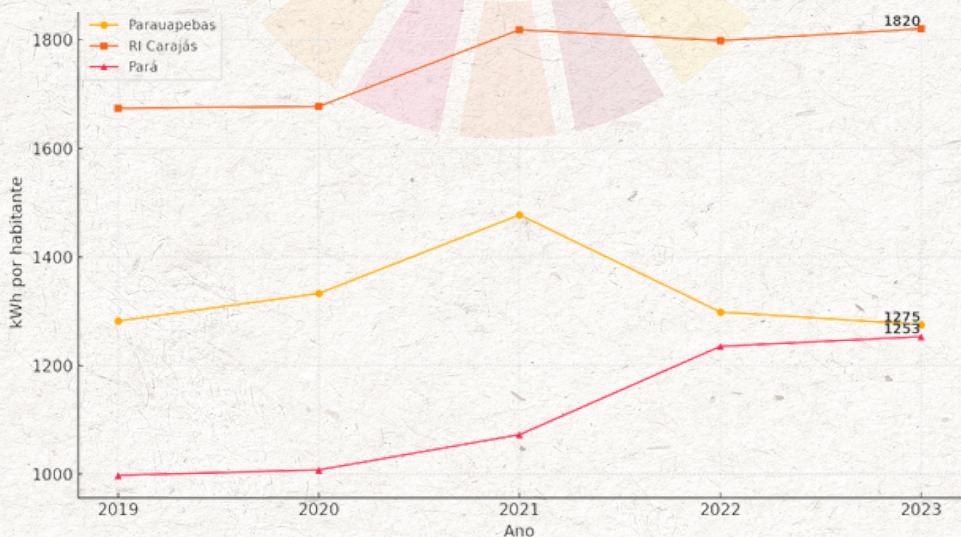


Em Parauapebas, o consumo per capita passou de 1.285 kWh em 2019 para 1.332 kWh em 2020, atingindo 1.478 kWh em 2021. Após esse pico, houve queda para 1.305 kWh em 2022 e nova redução para 1.275 kWh em 2023. A RI Carajás iniciou com 1.674 kWh em 2019, manteve estabilidade até 2020, e subiu para 1.818 kWh em 2021. Em 2023, o consumo regional chegou a 1.820 kWh. Já o Pará iniciou em 995 kWh e cresceu continuamente, atingindo 1.253 kWh em 2023 (Gráfico 13).



A trajetória de Parauapebas demonstra um ciclo de crescimento até 2021, seguido por dois anos de recuo, possivelmente ligados a mudanças no perfil econômico ou no uso de energia residencial. A RI Carajás manteve patamar elevado e estável, com ligeira alta em 2023. O Pará, por outro lado, apresentou um crescimento constante, embora em níveis inferiores aos outros dois territórios. Em 2023, o município e o estado se aproximaram, enquanto a RI se manteve significativamente acima (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.275 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

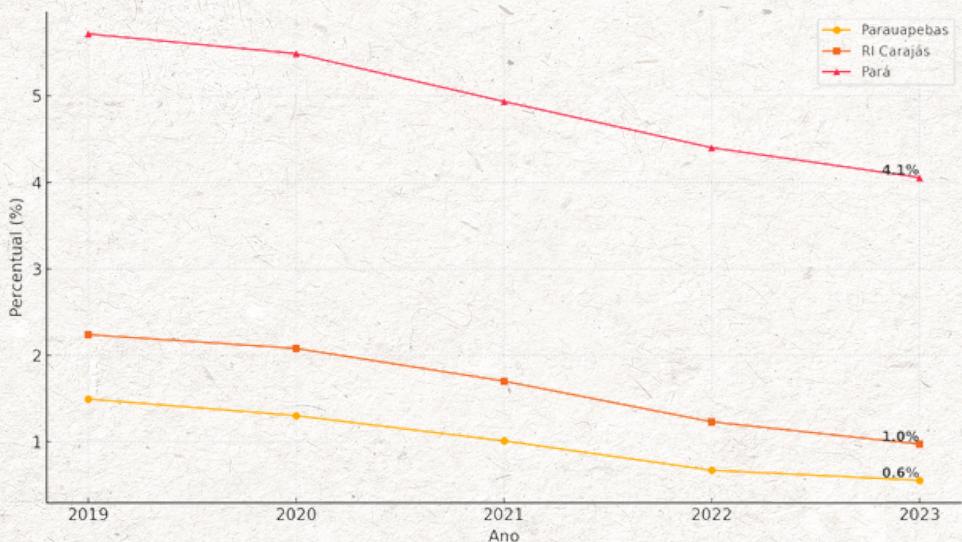
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Parauapebas iniciou com 1,5% em 2019 e reduziu gradualmente para 1,3% em 2020 e 1,0% em 2021. Em 2022, o percentual caiu para 0,7%, encerrando 2023 com 0,6%. A RI Carajás apresentou redução de 2,3% em 2019 para 2,1% em 2020, 1,7% em 2021, 1,2% em 2022 e 1,0% em 2023. O estado do Pará iniciou com 5,7% e também teve trajetória de queda, encerrando em 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



Os dados indicam avanço na substituição de fontes fósseis por eletricidade entre os domicílios mais vulneráveis, especialmente em Parauapebas, que apresenta os melhores resultados ao longo da série. A RI Carajás também melhorou significativamente, com uma redução de mais da metade no período analisado. No estado do Pará, embora os avanços sejam visíveis, o percentual ainda é relativamente elevado. Isso evidencia desigualdade no acesso à energia elétrica de qualidade entre os territórios (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

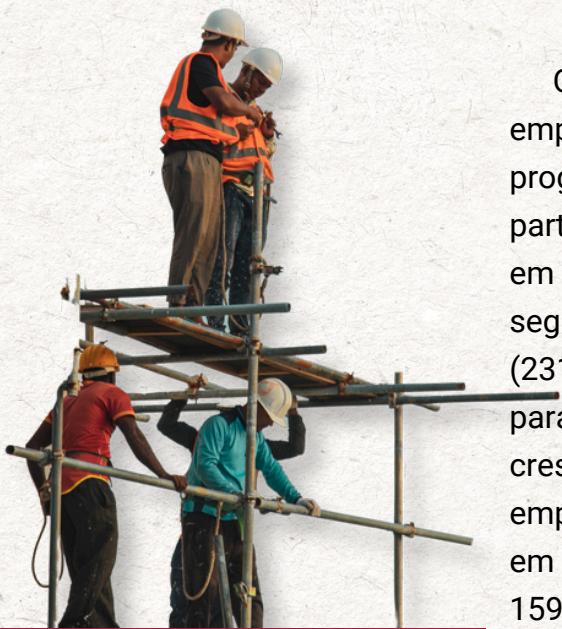


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



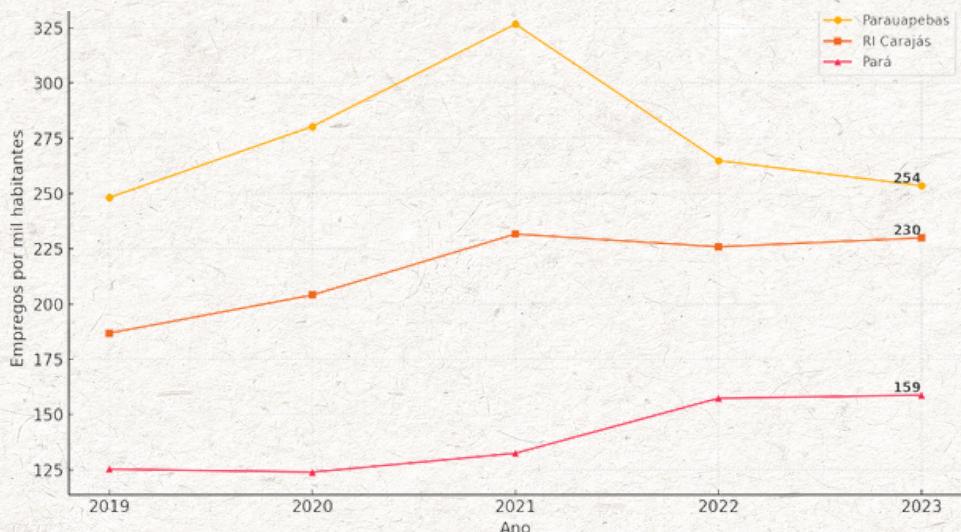
O município de Parauapebas iniciou 2019 com 248 empregos formais por mil habitantes, número que subiu progressivamente até 2021, atingindo um pico de 328. A partir desse ano, houve uma queda, com 267 em 2022 e 254 em 2023. A Região de Integração (RI) Carajás também seguiu tendência de crescimento entre 2019 (187) e 2021 (231), com leve retração para 225 em 2022 e recuperação para 230 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo no período, iniciando com 126 empregos por mil habitantes em 2019, mantendo-se estável em 2020 (125), subindo para 132 em 2021 e alcançando 159 em 2022, permanecendo nesse valor em 2023 (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

Parauapebas manteve-se como destaque em densidade de empregos formais, com valores sempre acima da média da RI Carajás e do estado. Contudo, a queda após 2021 pode refletir uma desaceleração do crescimento econômico local, enquanto a estabilidade em 2023 sugere possível transição no mercado formal. A RI Carajás, por sua vez, mostrou maior resiliência, com recuperação no último ano. O estado do Pará, embora com números significativamente menores, mostra um avanço mais constante e sustentado, com crescimento de 26,2% no indicador entre 2019 e 2023, sinalizando uma lenta mas contínua formalização do mercado de trabalho (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 254 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Parauapebas iniciou em R\$ 78.836 em 2018 e teve forte expansão até 2021, quando alcançou o pico de R\$ 219.524. Em 2022, houve retração para R\$ 203.270, ainda assim um valor 154,5% superior ao registrado no início da série. A RI Carajás também apresentou evolução significativa: de R\$ 50.072 em 2018 para R\$ 149.973 em 2022, um crescimento de quase 200%. Já o estado do Pará teve crescimento mais modesto, saindo de R\$ 18.639 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, aumento de 82,2% (Gráfico 16).

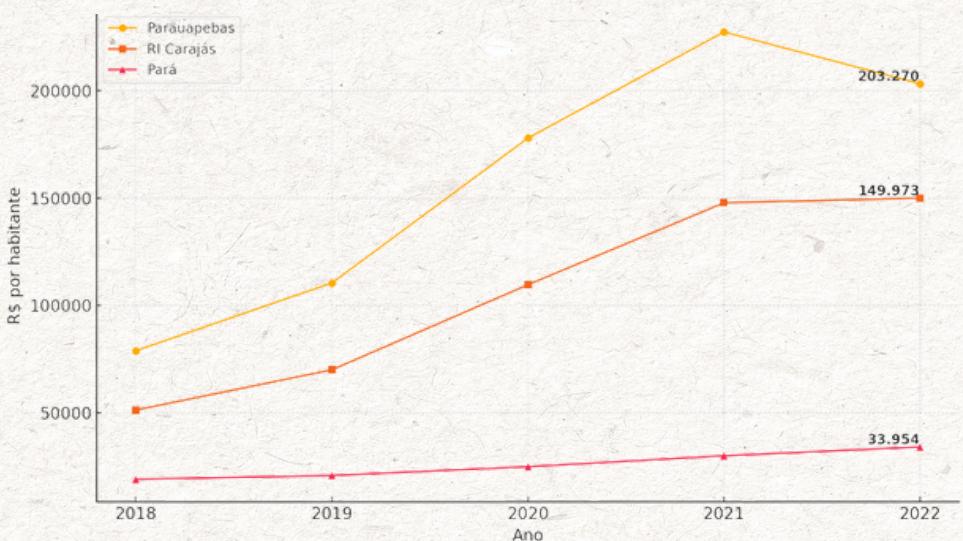


Esse desempenho reflete a intensa atividade mineral e industrial na região de Carajás, com Parauapebas se destacando como principal polo econômico. O recuo em 2022 pode estar relacionado à volatilidade dos preços de commodities ou à diminuição na produção mineral. Apesar disso, os valores se mantêm amplamente superiores à média estadual. O estado do Pará, mesmo com aumento consistente, ainda revela disparidades regionais, com um PIB per capita em 2022 quase seis vezes inferior ao de Parauapebas, evi-



Gráfico 16 - PIB per capita, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2018-2022)

denciando a concentração de riqueza em regiões específicas (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 203.270/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



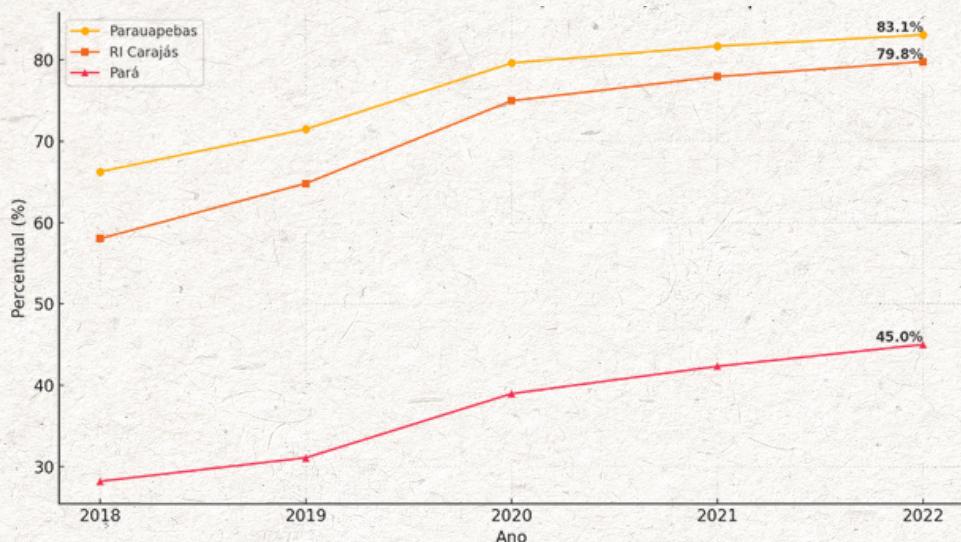
Em Parauapebas, a participação da indústria no PIB cresceu de 66,6% em 2018 para 83,1% em 2022, demonstrando crescente dependência da atividade industrial. A RI Carajás seguiu trajetória semelhante, saltando de 58,4% para 79,8% no mesmo período. Já o Pará como um todo teve evolução mais gradual: de 27,9% em 2018 para 45,0% em 2022, um crescimento de 17,1 pontos percentuais (Gráfico 17).

A forte presença da mineração em Parauapebas e região impulsiona o peso da indústria no PIB, superando em muito a média estadual. Esse cenário reforça o perfil industrial-extrativista da RI Carajás, que se distancia das demais regiões paraenses em termos de composição econômica. Apesar do avanço do estado como um todo, sua base ainda é mais diversificada e menos concentrada na indústria, o que pode indicar maior resiliência a choques setoriais, ao passo que Parauapebas permanece altamente vulnerável a oscilações no setor mineral (Gráfico 17).





**Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB),
Parauapebas x RI Carajás x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Parauapebas, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes passou de 18,4 em 2019 para 20 em 2020. Em 2021, houve um expressivo aumento, alcançando 25,1. No entanto, esse avanço não se sustentou: em 2022, o valor recuou para 18,7. Em 2023, observou-se uma leve recuperação, chegando a 20,0.



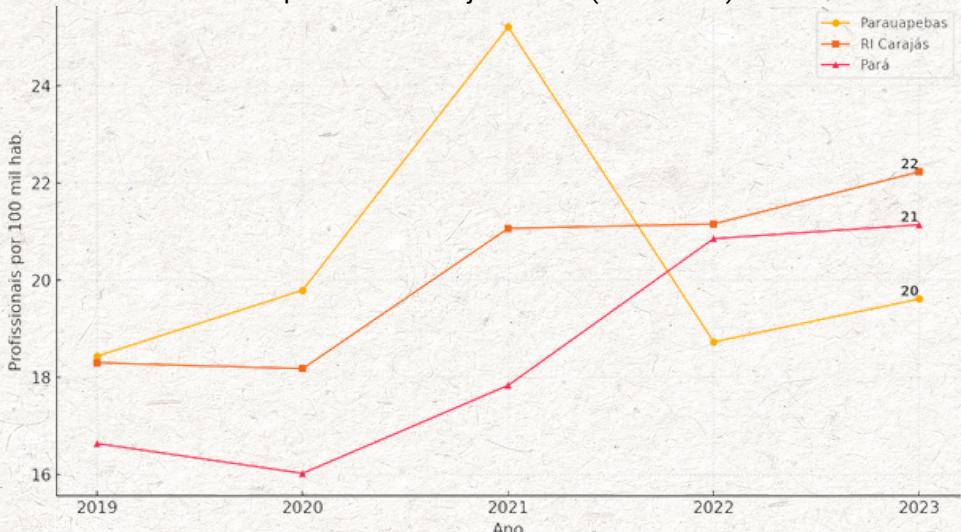
profissionais por 100 mil habitantes. O município teve grande oscilação no período (Gráfico 18).



A RI Carajás apresentou crescimento mais consistente. Partiu de 18,3 em 2019, manteve-se estável em 2020 (18,2) e subiu para 21,1 em 2021. Em 2022, houve pequeno avanço para 21,2, e em 2023 chegou a 22,0. Já o Pará saiu de 16,6 em 2019 para 16,0 em 2020, e depois cresceu para 17,9 em 2021. Em 2022, deu um salto para 20,9 e finalizou 2023 com 21,0. O estado teve crescimento mais gradual, mas contínuo (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles



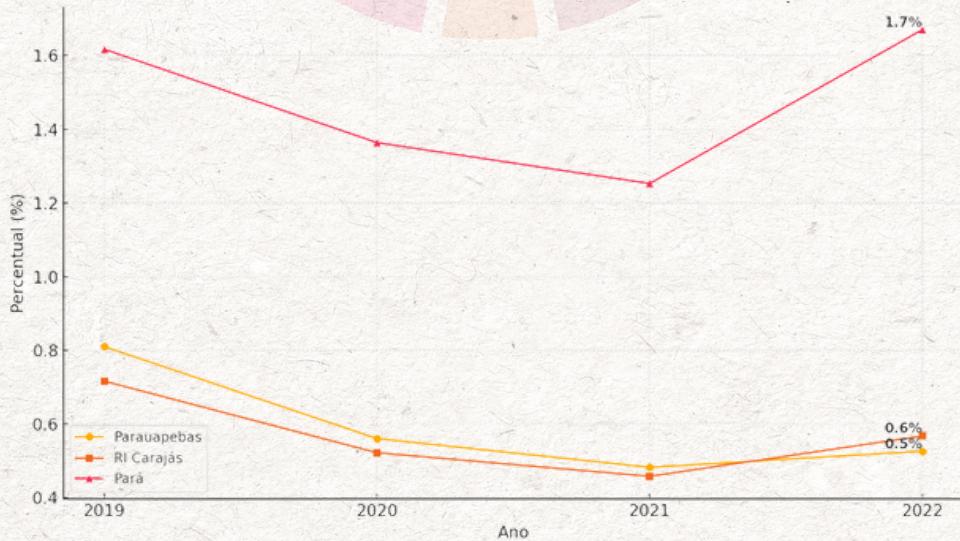


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Parauapebas iniciou o período com massa salarial correspondente a 0,81% do PIB em 2019, mas apresentou queda contínua nos dois anos seguintes: 0,56% em 2020 e 0,48% em 2021. Em 2022, houve leve recuperação, atingindo 0,50%, sem retornar ao patamar inicial. A RI Carajás seguiu comportamento similar, com valores de 0,72% (2019), 0,52% (2020), 0,46% (2021) e 0,57% (2022), oscilando em patamar próximo ao do município (Gráfico 19).

No estado do Pará, o percentual da massa salarial sobre o PIB foi consideravelmente maior. Iniciou em 1,61% (2019), caiu para 1,35% (2020) e atingiu o menor ponto em 2021, com 1,26%. No entanto, em 2022, apresentou forte crescimento, chegando a 1,70%, superando inclusive o valor de 2019. O comportamento sugere maior capacidade de geração de renda formal no estado como um todo, contrastando com a estagnação relativa observada tanto no município quanto na região de integração (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

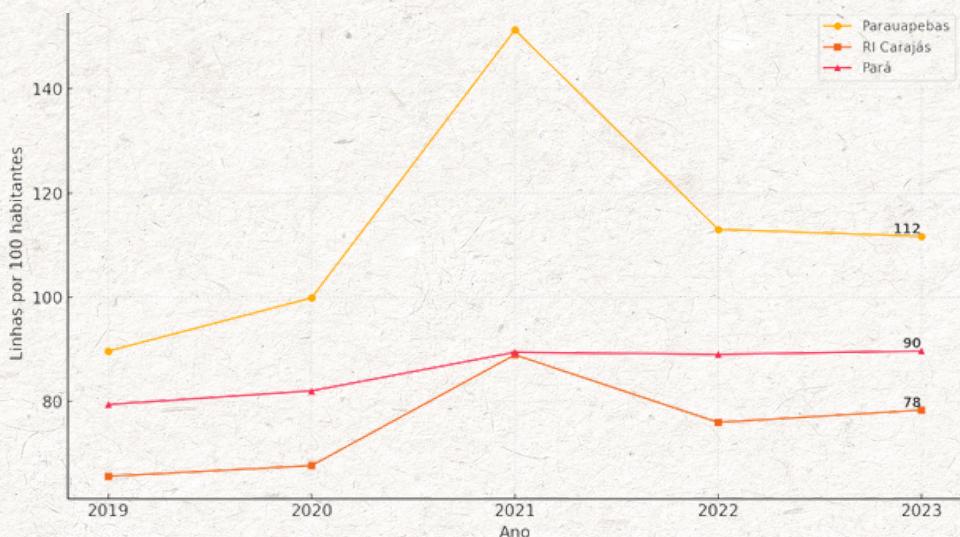
Em Parauapebas, o número de linhas móveis por 100 habitantes iniciou em 90 (2019), subiu para 100 (2020) e alcançou expressivos 151 em 2021. Nos dois anos seguintes, o índice caiu para 113 (2022) e 112 (2023), mantendo-se, ainda assim, acima dos níveis iniciais. A RI Carajás cresceu de 66 (2019) para 90 (2021), mas caiu para 76 (2022) e recuperou levemente para 78 em 2023. O estado do Pará apresentou evolução mais constante: 79 (2019), 82 (2020), 89 (2021), 89 (2022) e 90 (2023) (Gráfico 20).

O dado indica que Parauapebas atingiu um pico de penetração acima da média nacional em 2021, com posterior recuo, ainda mantendo destaque regional. A RI Carajás apresentou trajetória semelhante, mas com menor intensidade. O estado do Pará teve avanço contínuo, embora mais modesto, com estabilidade entre 2021 e 2023. A queda em Parauapebas pode estar relacionada a ajustes de mercado ou substituição tecnológica. Mesmo com recuo, o município mantém o melhor desempenho no comparativo (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 112 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

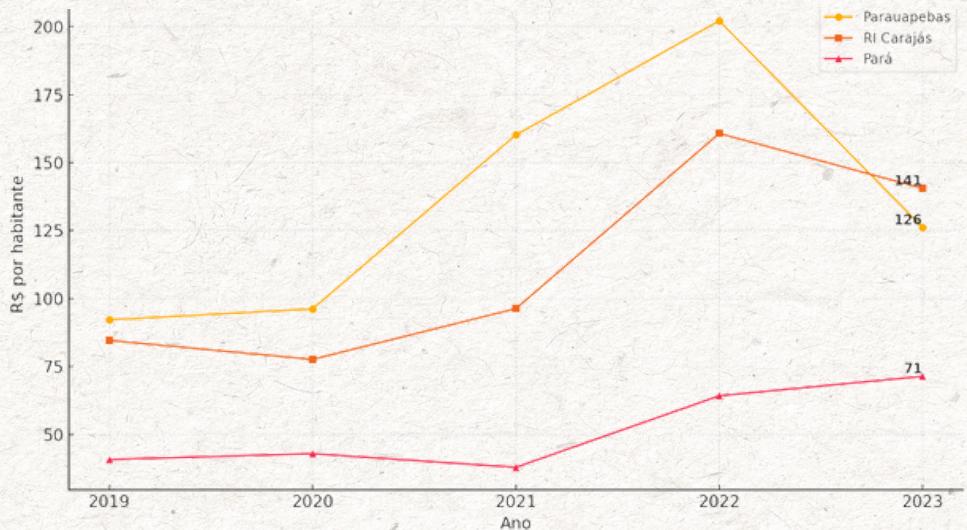
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Parauapebas apresentou forte crescimento no investimento per capita em cultura e gestão ambiental, saindo de R\$ 92 (2019) para R\$ 98 (2020) e R\$ 161 em 2021. O pico foi atingido em 2022, com R\$ 202 por habitante, seguido de uma queda para R\$ 126 em 2023. A RI Carajás seguiu comportamento similar: R\$ 85 (2019), R\$ 78 (2020), R\$ 96 (2021), R\$ 162 (2022) e R\$ 141 (2023). O Pará teve crescimento contínuo, indo de R\$ 39 (2019) para R\$ 71 (2023) (Gráfico 21).

Nota-se que Parauapebas investiu valores muito superiores à média estadual, com ápice em 2022, quase triplicando o valor de 2019. A retração em 2023 pode indicar contenção fiscal, mas o patamar segue elevado. A RI Carajás acompanha essa dinâmica, refletindo a concentração de investimentos em municípios mineradores. O estado do Pará mantém uma trajetória mais modesta, mas crescente, sinalizando ampliação do esforço público, ainda que com menor intensidade (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 126/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





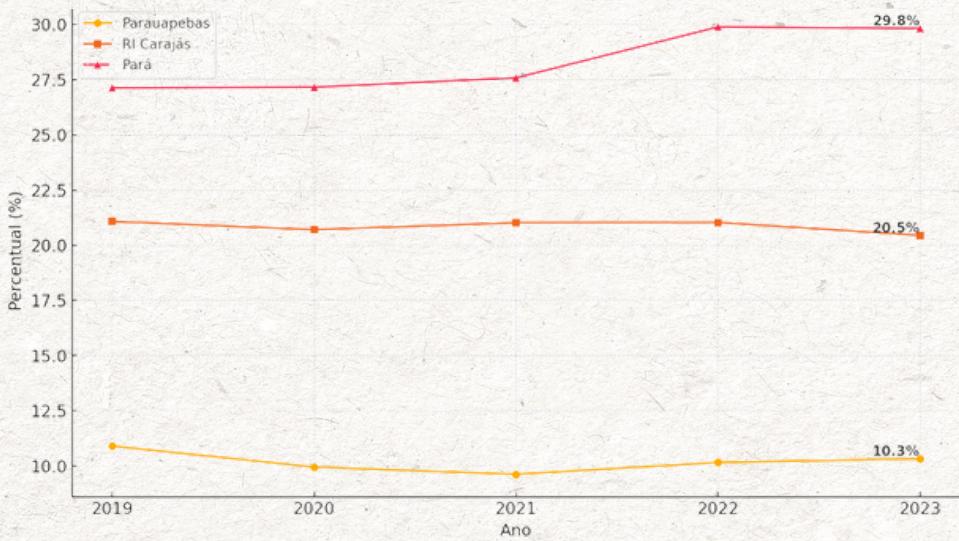
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Parauapebas, o percentual da população de baixa renda que recorre à queima ou enterramento do lixo caiu de 11,0% em 2019 para 9,6% em 2021, mas voltou a subir para 10,3% em 2023. A RI Carajás manteve-se relativamente estável, com leve oscilação entre 21,1% (2019) e 20,5% (2023). Já o Pará partiu de 27,1% (2019), chegando a 29,8% em 2022 e mantendo esse nível em 2023 (Gráfico 22).

O município de Parauapebas apresenta

os menores percentuais, indicando melhores condições de coleta e tratamento. A estabilidade na RI Carajás, com percentual elevado, sugere desigualdade entre os municípios da região. O crescimento contínuo no estado é preocupante, refletindo deficiência estrutural na cobertura de resíduos sólidos. A reversão da queda em Parauapebas após 2021 alerta para possível retrocesso nos serviços de limpeza urbana para a população mais vulnerável (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



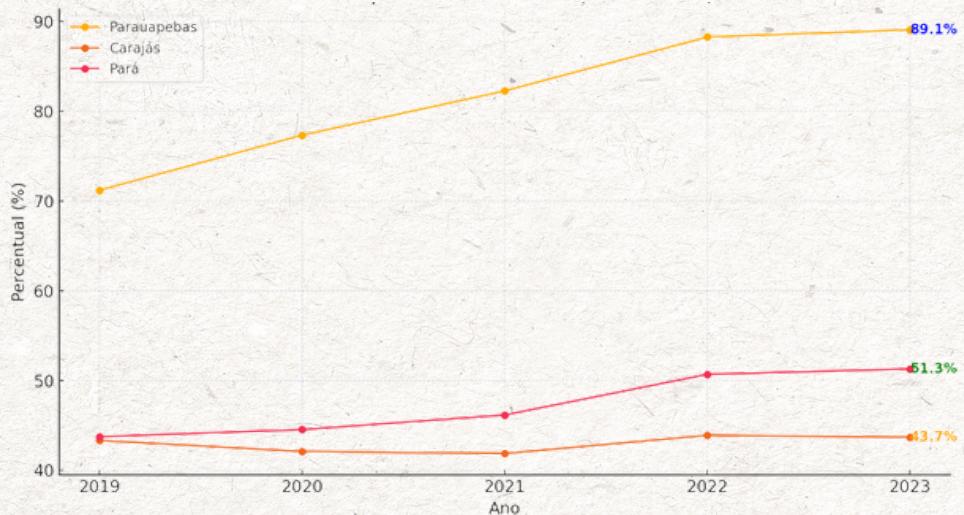
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O indicador de uso de fossa rudimentar entre os mais pobres em Parauapebas apresentou crescimento ininterrupto: 71,3% (2019), 77,2% (2020), 82,0% (2021), 88,2% (2022) e 89,1% em 2023. A RI Carajás oscilou de 42,9% (2019) para 43,7% (2023), com leve queda em 2020 (41,9%). Já o Pará subiu de 43,3% (2019) para 51,3% em 2023, com aceleração a partir de 2021 (Gráfico 23).

Parauapebas se destaca negativamente, a-

presentando o maior percentual ao final da série histórica. Apesar de seu porte econômico, o dado revela grande falha no acesso ao saneamento básico para famílias de baixa renda. O crescimento expressivo contrasta com a estabilidade regional e o avanço mais moderado estadual. A situação exige atenção urgente das políticas públicas locais, com foco na universalização do saneamento adequado e na redução da vulnerabilidade sanitária (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 89,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



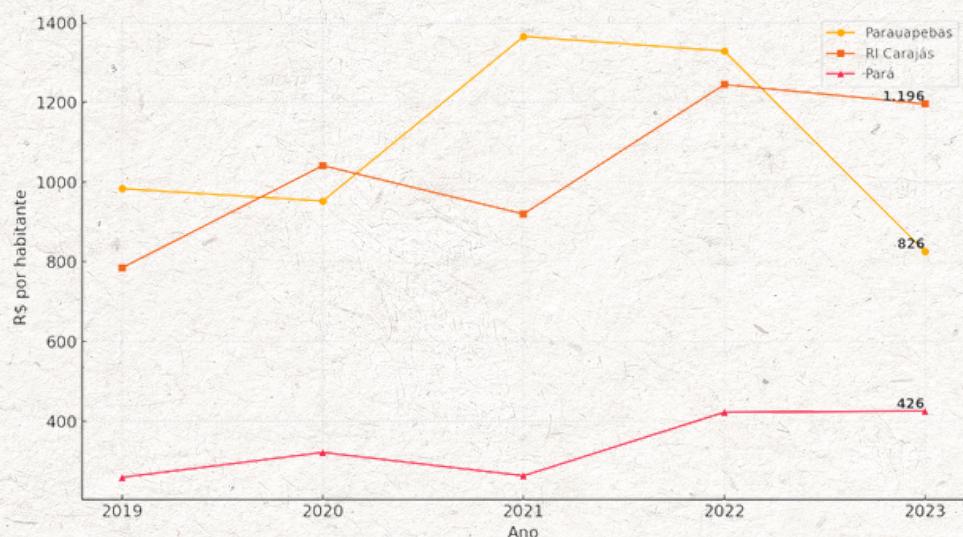
Gastos per capita com prevenção de desastres

No município de Parauapebas, os gastos per capita com prevenção de desastres oscilaram entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de R\$ 985, caindo levemente para R\$ 950 em 2020. No entanto, houve um pico expressivo em 2021, com R\$ 1.370 por habitante, seguido por uma leve queda para R\$ 1.340 em 2022. Em 2023, o gasto caiu significativamente para R\$ 826, indicando possível redirecionamento orçamentário. Já a Região de Integração de Carajás teve trajetória semelhante: de R\$ 784 em 2019, subiu para R\$ 1.038 em 2020, caiu para R\$ 919 em 2021, subiu para R\$ 1.257 em 2022 e fechou em R\$ 1.196 em 2023 (Gráfico 24).



O estado do Pará apresentou níveis de gasto bem inferiores, porém com leve crescimento ao longo dos anos. Em 2019, o gasto per capita era de apenas R\$ 263 e subiu para R\$ 318 em 2020. Após uma leve queda para R\$ 274 em 2021, o valor aumentou expressivamente para R\$ 424 em 2022, estabilizando-se em R\$ 426 em 2023. Isso revela uma tendência de fortalecimento gradual da política de prevenção estadual, mas ainda muito abaixo dos patamares observados em Parauapebas e Carajás. A diferença de alocação de recursos entre os níveis evidencia prioridades e capacidades distintas de gestão de risco ambiental (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 826/ Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

No município de Parauapebas, a despesa per capita com preservação aquática apresentou grande oscilação entre 2019 e 2023. Em 2019, foi de R\$ 35, saltando para um pico de R\$ 186 em 2020, o maior do período. Contudo, o valor caiu drasticamente para R\$ 28 em 2021 e atingiu o menor nível em 2022, com apenas R\$ 13 por habitante. Em 2023, houve leve recuperação, chegando a R\$ 21. Essa forte variação indica a ausência de uma política contínua e estruturada voltada à preservação dos recursos hídricos no município (Gráfico 25).

Na Região de Integração de Carajás, o com-

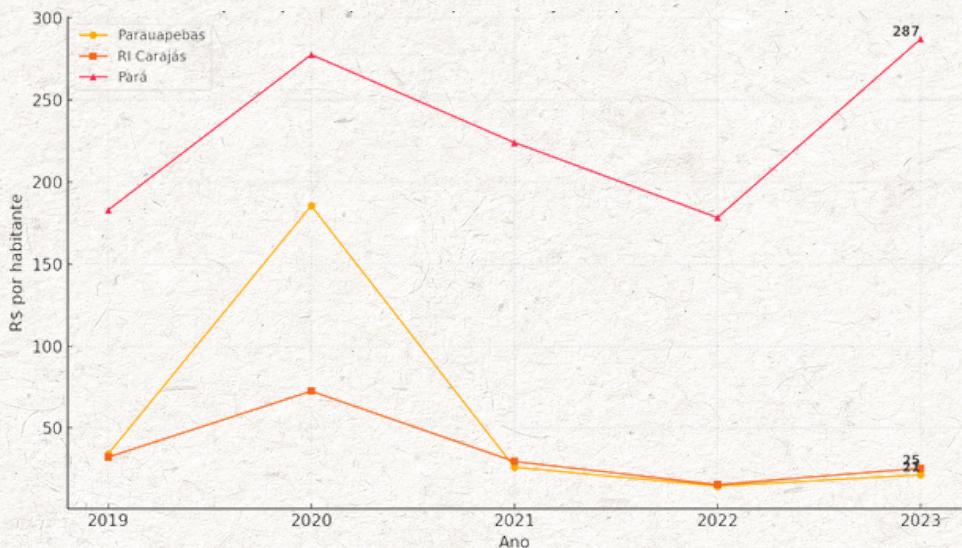
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



portamento também foi marcado por oscilações, mas em patamares inferiores aos de Parauapebas. A despesa subiu de R\$ 32 em 2019 para R\$ 73 em 2020, caiu para R\$ 27 em 2021, foi reduzida para R\$ 16 em 2022 e voltou a crescer levemente para R\$ 25 em 2023. Já o estado do Pará teve os maiores investimentos per capita, começando com R\$ 185 em 2019, chegando ao pico de R\$ 276 em 2020, e encerrando 2023 com o maior valor da série: R\$ 287. A consistência nos valores estaduais evidencia maior compromisso com a preservação aquática em nível macro, contrastando com a fragilidade das ações locais (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



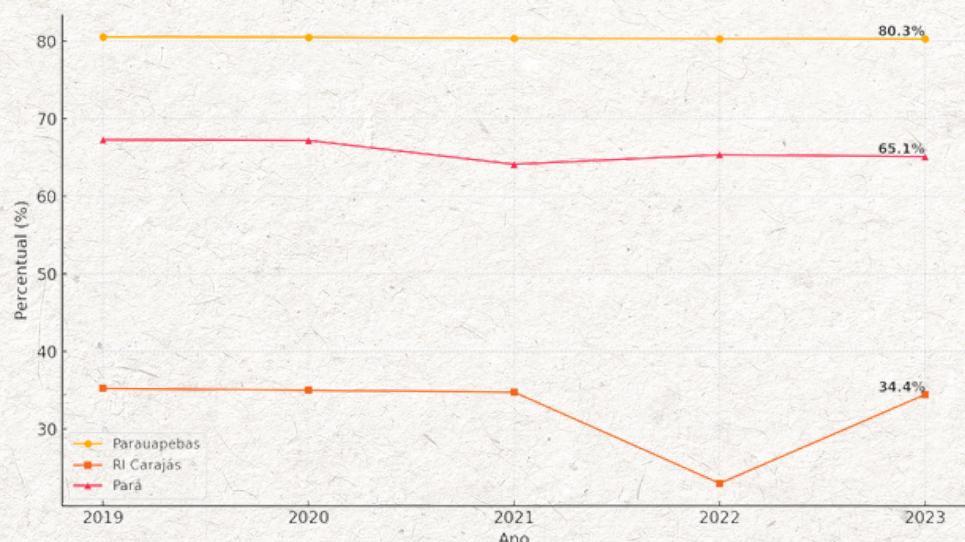
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Parauapebas manteve uma cobertura florestal muito elevada entre 2019 e 2023, com um patamar praticamente constante de cerca de 80,3%. Isso indica forte preservação de áreas verdes no território municipal, o que pode estar associado à proteção de áreas de reserva ou ao baixo índice de expansão urbana sobre áreas florestadas. Já a Região de Integração de Carajás teve uma queda acentuada em 2022, quando passou de 35,0% em 2021 para apenas 25,2%. Em 2023, houve recuperação significativa, com aumento para 34,4% (Gráfico 26).

O estado do Pará apresentou certa estabilidade no percentual de área florestal ao longo do período. Em 2019 e 2020, o índice era de 67,0%, caindo para 64,0% em 2021 e voltando a subir levemente para 65,1% em 2023. Apesar das oscilações, o estado manteve mais de 60% da área total coberta por floresta. Comparando os níveis territoriais, nota-se que Parauapebas contribui positivamente para a preservação, enquanto a RI Carajás apresentou maior vulnerabilidade a perdas florestais (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta foi alcançada.



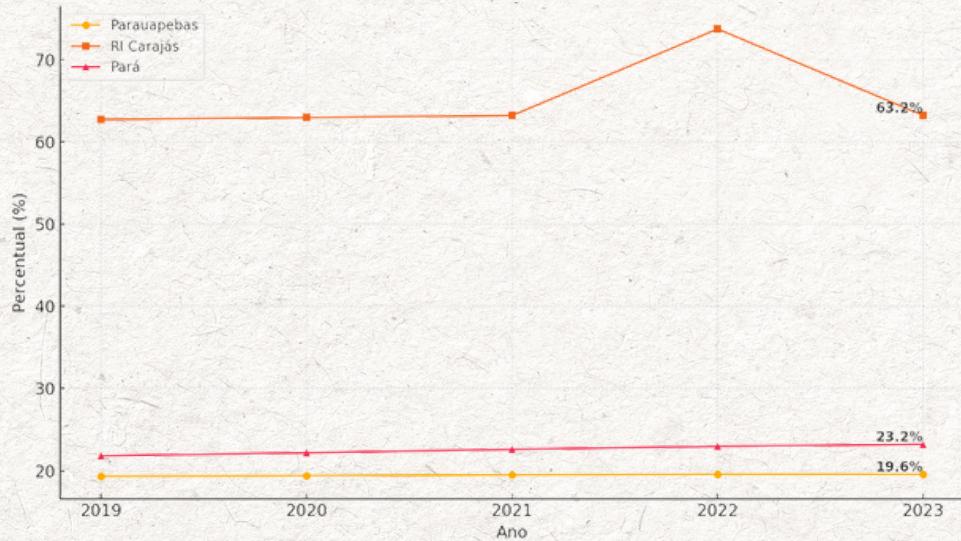
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Parauapebas, o percentual de área desmatada foi relativamente estável entre 2019 e 2023, variando pouco ao redor dos 19%. O indicador foi de 18,9% em 2019 e terminou 2023 com 19,6%, o que indica controle relativamente eficaz sobre o desmatamento. Já a RI Carajás apresentou um comportamento mais preocupante. O percentual ficou estável em 62,6% entre 2019 e 2021, saltou para 74,1% em 2022 e recuou para 63,2% em 2023, evidenciando volatilidade e pressão sobre o uso da terra (Gráfico 27).

No estado do Pará, o indicador foi mais estável, porém com tendência crescente. Em 2019, 21,9% da área estava desmatada, aumentando para 22,5% em 2020 e atingindo 23,2% em 2023. Isso revela uma expansão lenta mas constante do desmatamento em nível estadual. Embora o patamar ainda esteja abaixo da média de Carajás, a tendência de alta demanda atenção das políticas públicas para contenção do desmatamento, principalmente em regiões críticas como o sudeste paraense (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Parauapebas, o número de casos por 100 mil habitantes caiu consideravelmente entre 2019 e 2023. Em 2019, eram registrados 10,6 casos, valor que caiu para 7,1 em 2020 e 5,0 em 2021. A redução mais acentuada ocorreu em 2022, com apenas 1,8 caso, e ligeiro aumento para 2,2 casos em 2023. Essa trajetória indica avanços significativos na erradicação do trabalho infantil no município ao longo dos cinco anos (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na RI Carajás, a redução também foi expressiva: partindo de 34,2 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 25,4 em 2020, 19,2 em 2021 e apenas 11,2 em 2022. Em 2023, houve nova redução, atingindo 8,1 casos. Já o estado do Pará, embora partisse de um patamar mais elevado (39,6 em 2019), também apresentou tendência decrescente: 30,6 em 2020, 22,4 em 2021, 16,8 em 2022 e 11,2 em 2023. Os dados mostram melhorias contínuas em todos os níveis, com destaque para a efetividade local em Parauapebas (Gráfico 28).

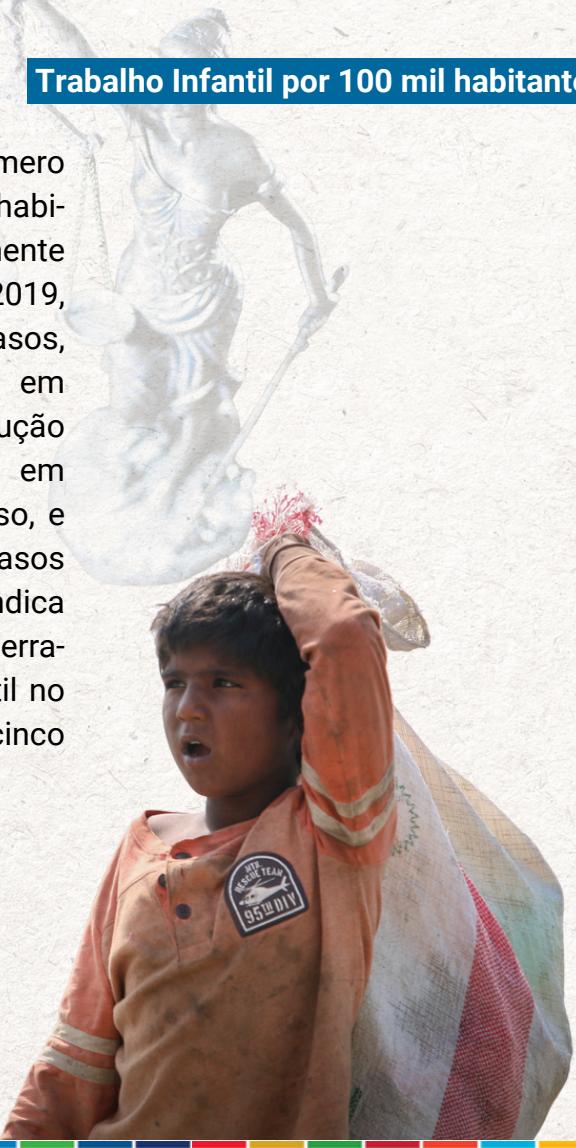
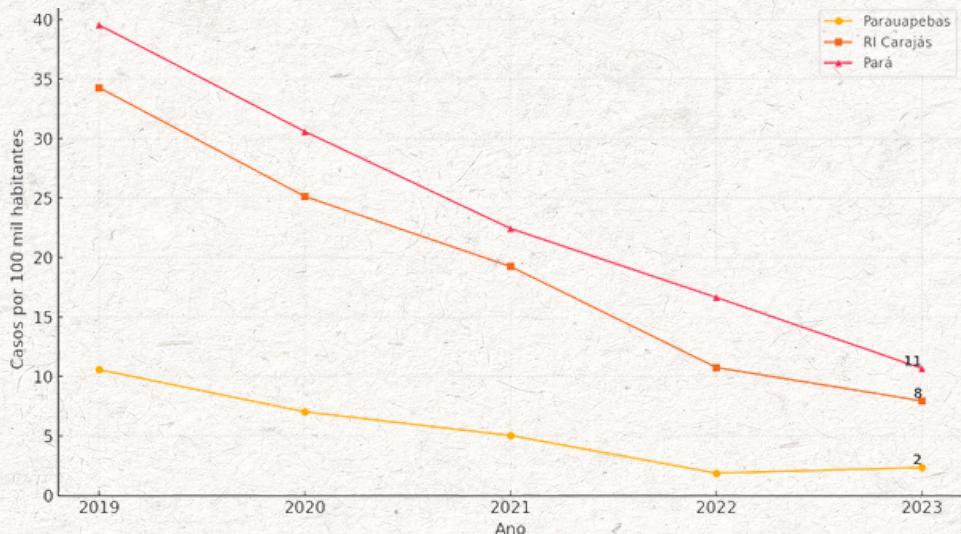




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

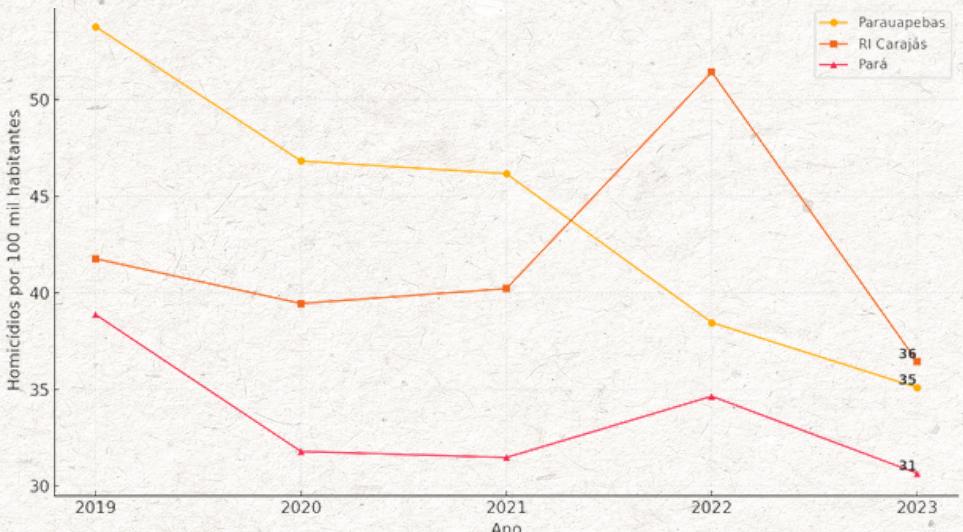
Em Parauapebas, a taxa de homicídios caiu de forma significativa ao longo do período. Em 2019, era de 53,8 homicídios por 100 mil habitantes, reduzindo-se para 46,8 em 2020. Em 2021, a taxa manteve-se estável, com 46,3, mas caiu fortemente em 2022, atingindo 38,5. Em 2023, o valor registrado foi de 35,0 homicídios por 100 mil, o menor da série. Esse comportamento revela um esforço consistente de mitigação da violência letal no município (Gráfico 29).

Na Região de Integração de Carajás, o indicador oscilou ao longo dos anos. Em 2019,

a taxa era de 41,8, diminuindo para 39,4 em 2020. Em 2021, houve leve aumento para 40,2 e um pico em 2022, com expressivos 51,2 homicídios por 100 mil. Contudo, em 2023, a taxa recuou significativamente para 36,0. Já no estado do Pará, a taxa partiu de 39,0 em 2019, caindo para 31,9 em 2020, manteve-se em 31,5 em 2021, subiu para 34,5 em 2022 e voltou a cair para 31,1 em 2023. O estado mostrou estabilidade, enquanto Carajás teve oscilações relevantes e Parauapebas manteve tendência de queda constante (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



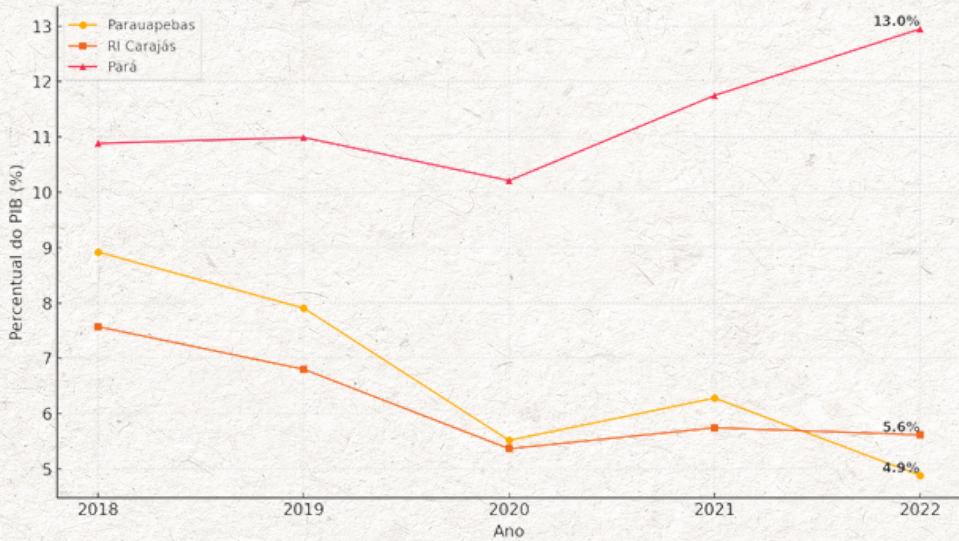


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Parauapebas, o gasto público municipal em relação ao PIB apresentou tendência de queda entre 2018 e 2022. Em 2018, o percentual era de 9,0%, caindo para 7,9% em 2019. O recuo se intensificou em 2020, atingindo apenas 5,4% do PIB, e em 2021 houve uma leve recuperação para 6,3%. No entanto, em 2022, o valor voltou a cair para 4,9%, o menor da série. Esse comportamento indica uma possível desaceleração na aplicação de recursos públicos locais em proporção à geração de riqueza. A redução contínua pode refletir tanto queda nos investimentos quanto crescimento acelerado do PIB local, especialmente influenciado pela atividade mineral (Gráfico 30).

A Região de Integração de Carajás seguiu trajetória semelhante, passando de 7,6% em 2018 para 6,8% em 2019, recuando para 5,3% em 2020. Em 2021 houve leve aumento para 5,8% e, em 2022, estabilizou-se em 5,6%. Já o estado do Pará iniciou com 10,9% em 2018 e 2019, reduziu para 10,2% em 2020, mas apresentou alta expressiva nos anos seguintes: 11,7% em 2021 e 13,0% em 2022. Ao contrário das instâncias locais, o estado ampliou sua participação dos gastos públicos no PIB, o que pode refletir políticas mais ativas de enfrentamento à crise ou expansão da atuação estadual nos municípios (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Parauapebas x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

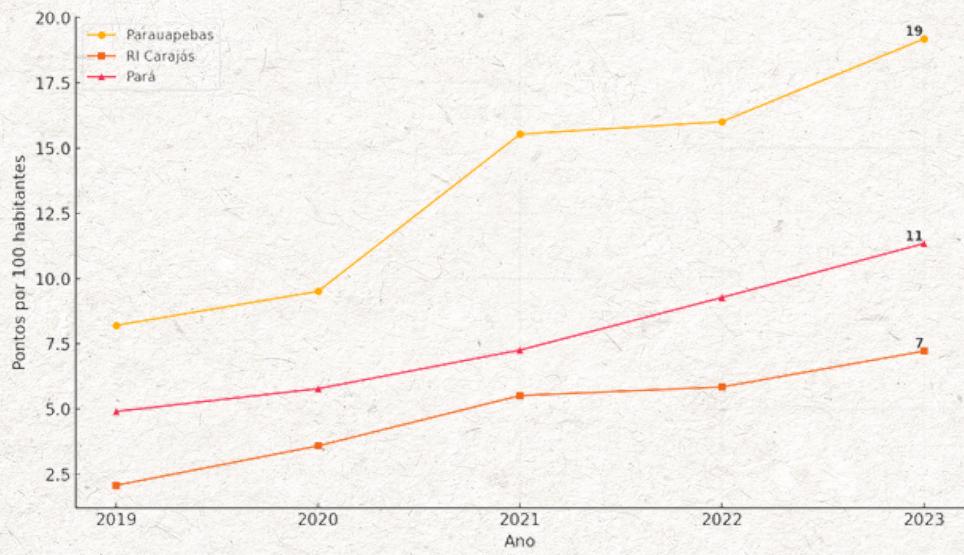


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

O município de Parauapebas apresentou um crescimento expressivo no acesso à banda larga fixa ao longo do período. Em 2019, a taxa era de 8 pontos por 100 habitantes, subindo para 9,5 em 2020. A partir de 2021, houve salto significativo para 15,5 pontos, com leve avanço em 2022 (16) e novo aumento em 2023, quando o indicador atingiu 19 pontos. Essa trajetória revela uma expansão acelerada da infraestrutura digital e maior inclusão tecnológica da população local (Gráfico 31).

Na RI Carajás, a taxa evoluiu de forma mais moderada: 2,1 pontos em 2019, passando para 3,5 em 2020, 5,6 em 2021, 6 em 2022 e 7 pontos em 2023. Já o estado do Pará partiu de um patamar mais elevado, com 5 pontos por 100 habitantes em 2019, chegando a 6 em 2020, 7,2 em 2021, 9,1 em 2022 e 11 em 2023. Ainda que com velocidades distintas, os três níveis apresentaram avanços consistentes no período, com destaque para Parauapebas, que liderou a expansão da conectividade fixa entre as regiões analisadas. (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

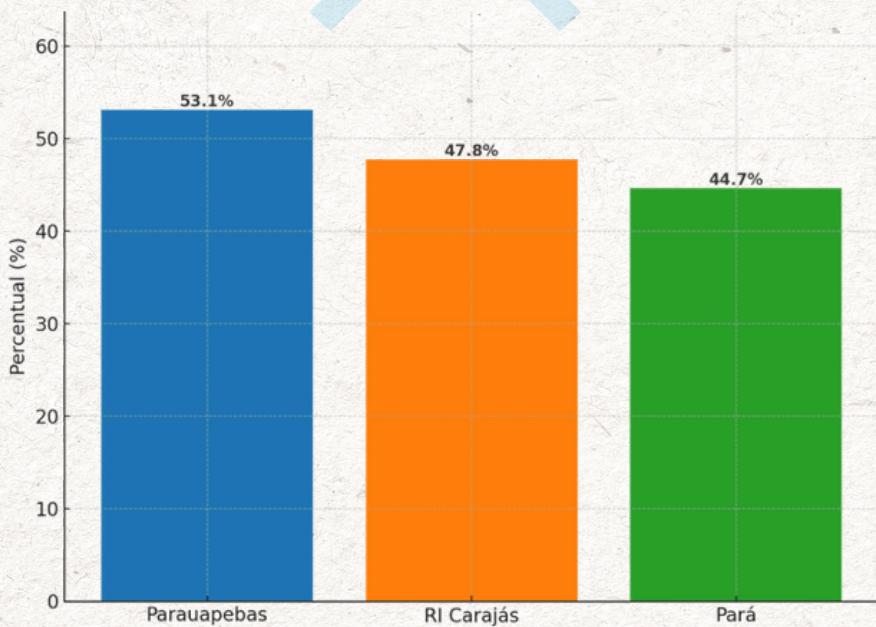
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Parauapebas** registrou um IDS de **53,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Parauapebas x RI Carajás x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

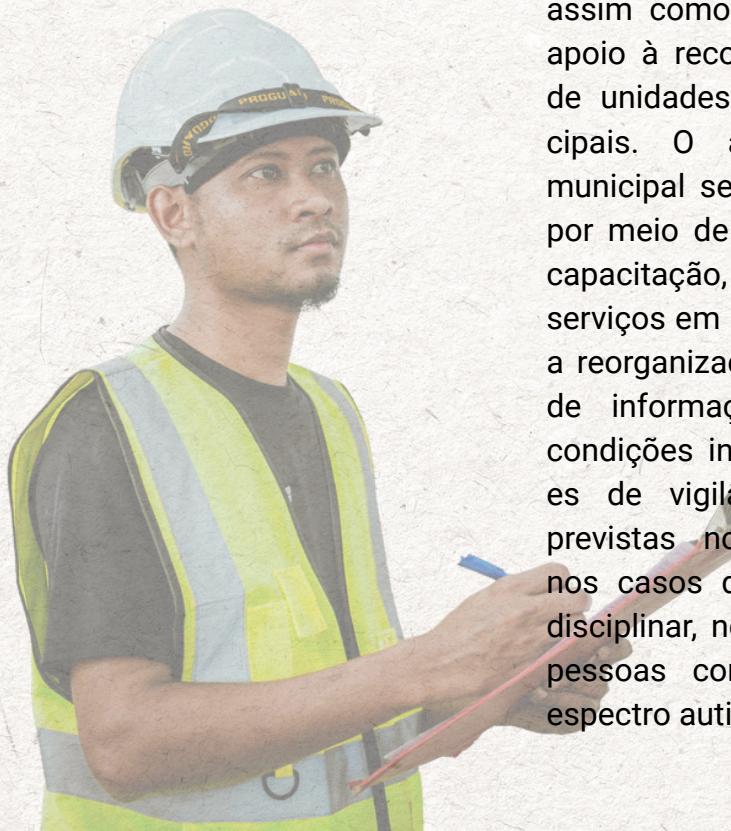
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Parauapebas na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Parauapebas e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

